

# Entulho Moral

**R**EGISTRA-SE em alguns pontos do país o que podem ser sinais promissores de mudança de atmosfera dentro das nossas casas legislativas. Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, embora que ainda em número muito pequeno, decidiram suspender o pagamento dos *jetons* aos áusentes. Deram prova de sensibilidade aos reclamos populares, e é de esperar que o exemplo frutifique com rapidez.

Já em Brasília, talvez porque os ares do Planalto sejam maus condutores dessa classe de ondas sonoras, o Congresso continua relutante em ouvir o clamor nacional. Aos protestos contra as irregularidades que tanto violam a Constituição quanto o Regimento Interno, responde a Câmara com medidas parciais e de prática difícil. É o caso da verificação do voto, que requer pedido de um líder de bancada ou a iniciativa conjunta de 19 deputados.

No Senado, nem isso. Guarda-se ali um silêncio olímpico em torno da questão, a pretexto de que não se deve ceder a pressões externas. Ora, o Legislativo existe justamente para acolher essas pressões, deixá-las percutir, avaliá-las, filtrá-las e finalmente legitimá-las. Uma instituição parlamentar não sintonizada com as vozes da sociedade ou é uma caricatura ou está sofrendo de surdez — no primeiro caso precisa ser substituída, no segundo, curar-se.

Sentindo-se alvo de uma imaginária conspiração, alguns parlamentares alegam em defesa do Congresso a pronta maneira como, mal se encerrou o arbítrio, votou-se uma série de leis restauradoras da liberdade política. Ninguém se atreveria a negar o papel positivo do Congresso em tal momento. Lamenta-se, isto sim, que senadores e deputados se tenham dado por satisfeitos com essa contribuição.

Tanto quanto de liberdade individual e partidária, a democracia necessita de austeridade. Sem inteireza mo-

ral, o regime democrático torna-se presa fácil das aves de rapina que voejam em círculos. Para que a crença no valor da democracia se enraíze, é indispensável que o exemplo venha do alto. E mais particularmente do Congresso, que é a casa de vidro do poder.

Senadores e deputados espantam-se hoje com o mau estado da imagem da instituição a que pertencem. Não estariam sujeitos a tal desconforto, se houvessem compreendido a tempo que os vícios acumulados no Legislativo também faziam parte do entulho autoritário que se dispuseram a varrer, quando revogaram os dispositivos constitucionais que impediam o cidadão de eleger o Presidente e os Prefeitos das capitais, de organizar partidos e fazê-los funcionar livremente.

O *jeton* indiscriminado, como seu irmão siamês, o voto de liderança, foram compensações que o regime arbitrário deu aos parlamentares pela sua efetiva ausência de poder para fazer as leis e fiscalizar o Executivo. Eliminar estas e outras falsas prerrogativas deveria ter sido simultâneo ao desmonte do *bunker* institucional que bloqueava o acesso da nação inteira aos seus mais elementares direitos políticos. Se isso não foi feito na ocasião, que o seja agora, sem protelações.

Erram tragicamente os congressistas ao insistirem em manter o que restou de autoritarismo dentro de sua própria casa. Não pode o processo de democratização esbarrar em seus privilégios. Por se tornarem obstáculo à mudança de comportamento que a democracia implica, é que vêem sua imagem esboroar-se. E é ilusório pensar em vê-la restaurada com a cortina de fumaça das medidas inócuas. A opinião pública não pede aos deputados e senadores que trabalhem de graça, nem que sejam vigiados como alunos de internato. Quer que cumpram os seus deveres e sejam remunerados exclusivamente pelo trabalho realizado.